

NA CIDADE DOS PROFETAS À ESPERA DE UMA PROFECIA: PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL¹.

Ceumar Rampazzo Mendonça
Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP
ceumar.mendonca@aluno.ufop.edu.br

Ana da Cruz Alcântara Campos Vieira
Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP
analcantara.campos@gmail.com

Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves Knupp
Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP
marcosknupp@ufop.edu.br

RESUMO:

A sustentabilidade de destinos turísticos deve considerar a participação social nas políticas públicas municipais de turismo. O controle social da gestão pública é essencial para a efetividade dessas políticas. As necessidades e aspirações dos residentes devem ser incorporadas, promovendo um turismo que beneficie os atores locais. A participação comunitária nas decisões é crucial para criar estratégias que valorizem o patrimônio cultural, natural e social das localidades, além de promover responsabilidade e comprometimento local. Este artigo analisa a necessidade da participação social nas políticas públicas de turismo em Congonhas/MG, destacando espaços participativos, desafios e benefícios potenciais. Com uma abordagem qualitativa e exploratória, a pesquisa bibliográfica e estudo de caso buscam compreender as instâncias de participação social a nível municipal. Pretende-se contribuir para a literatura, oferecendo recomendações para decisões mais democráticas e alertando sobre a importância da participação popular nas instâncias participativas.

Palavras-chave: Participação social; políticas públicas de turismo; instâncias participativas; Desenvolvimento Local sustentável.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS): 08; 11

¹ Pesquisa fruto do projeto “Políticas Públicas de Turismo nos Patrimônios Culturais da Humanidade na Estrada Real (Brasil): análise das redes sociais dos stakeholders determinantes para o desenvolvimento local sustentável” apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, concedido por meio da chamada Chamada CNPq/MCTI/FNDCT No. 40/2022 PRÓ-HUMANIDADES Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Humanidades.

1. INTRODUÇÃO

O turismo, como uma das atividades econômicas mais dinâmicas do século XXI, desempenha um importante papel no desenvolvimento sustentável, especialmente em municípios com patrimônios históricos e culturais significativos. Congonhas, localizada no estado de Minas Gerais, Brasil, é um exemplo dessa realidade. Conhecida como a "Cidade dos Profetas" devido às esculturas barrocas de Aleijadinho, Congonhas possui um reconhecido potencial turístico, sendo considerada Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, o que demanda políticas públicas eficazes para a gestão sustentável desse setor.

O presente artigo tem como objetivo analisar a atuação e a efetividade do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) de Congonhas/MG, destacando a participação social nas políticas públicas de turismo e sua contribuição para a sustentabilidade da região. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas e elaboradas questões utilizando a escala Likert, aplicadas aos presidentes do COMTUR no período entre 2014 e 2024, permitindo que expressassem suas avaliações e graus de satisfação em relação às atividades do conselho.

A análise da participação social nas políticas públicas de turismo é essencial para compreender como a comunidade local pode influenciar positivamente o desenvolvimento sustentável do setor. Em Congonhas, a relevância do turismo para a economia local e para a preservação do patrimônio cultural e histórico torna imprescindível o estudo da eficácia das instâncias participativas, como o COMTUR. A partir dessa análise, espera-se identificar pontos fortes e desafios, contribuindo para o aprimoramento das práticas de gestão e participação social.

A hipótese central deste estudo é que a atuação efetiva do COMTUR de Congonhas, baseada na participação social, promove o desenvolvimento sustentável do turismo local. Acredita-se que a satisfação dos presidentes do conselho ao longo dos anos é indicativa da eficiência das políticas públicas implementadas e da capacidade do COMTUR de envolver a comunidade nas decisões referentes ao turismo.

A problemática que norteia este estudo é a seguinte: em que medida a participação social, através do COMTUR, tem sido eficaz na formulação e implementação de políticas públicas de turismo em Congonhas/MG, visando a sustentabilidade? Além disso, quais são as percepções dos presidentes do conselho sobre a eficácia dessas políticas e quais fatores influenciam a participação popular nas instâncias de gestão do turismo?

O artigo está estruturado nos seguintes tópicos e subtópicos, iniciando, para além desta introdução com a participação social e políticas públicas de turismo no Brasil, trabalhando uma revisão teórica sobre a importância da participação social na formulação de políticas públicas de turismo. Posteriormente, a participação social para o Desenvolvimento sustentável do turismo é abordada como discussão sobre como a participação social pode contribuir para o desenvolvimento sustentável do turismo. Na sequência vem os aspectos metodológicos com o detalhamento das abordagens metodológicas utilizadas na pesquisa, incluindo a elaboração e aplicação de questionários com a escala Likert. E as análises de dados e resultados trazendo as políticas públicas de turismo em Congonhas/MG, bem como suas instâncias participativas e controle social nas políticas públicas de Turismo em Congonhas/MG, análise das estruturas de participação social existentes, a (in)eficiência dos instrumentos de gestão pública em Congonhas/MG, sua avaliação da eficácia das ferramentas de gestão pública, a participação popular inerente às instâncias participativas e o estudo da participação popular no contexto das instâncias participativas.

Finalmente as considerações finais, trazendo reflexões sobre os principais achados da pesquisa, suas implicações para as políticas públicas de turismo em Congonhas/MG e sugestões para futuras pesquisas. Com essa estrutura, o artigo busca proporcionar uma análise aprofundada e crítica sobre a participação social nas políticas públicas de turismo em Congonhas, contribuindo para o debate sobre o desenvolvimento sustentável no contexto turístico.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Participação social e políticas públicas de turismo no Brasil

Nos últimos anos tem aumentado o interesse acadêmico sobre participação social e as políticas públicas de turismo. Esta revisão da literatura aborda os principais estudos e discussões sobre a interação entre o desenvolvimento das políticas de turismo no Brasil e como a sociedade civil se comporta nesse processo, destacando a importância da participação da comunidade e as consequências políticas, sociais e econômicas.

Ao focar na Participação Social no Turismo, entende-se que o desenvolvimento sustentável do turismo depende fundamentalmente da participação social. Segundo Cunha (2022), a inclusão da comunidade local nas decisões relacionadas ao turismo pode aumentar a aceitação e o sucesso das iniciativas turísticas. Cunha argumenta que “ a participação ativa da comunidade local é essencial para garantir que os benefícios do turismo sejam distribuídos de maneira equitativa e que os impactos negativos sejam minimizados” (Cunha, 2022, p.45)

Quando se trata de Políticas Públicas de Turismo na atualidade a sustentabilidade e a inclusão social têm sido o foco crescente no processo de aperfeiçoamento das políticas públicas de turismo no Brasil. De acordo com Silva e Santos (2023), as políticas recentes têm buscado integrar as necessidades e desejos das comunidades locais com os objetivos econômicos do turismo. Eles observam que “as políticas de turismo devem ser desenvolvidas com base em um diálogo contínuo com as comunidades afetadas, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades atendidas” (Silva & Santos, 2023, p.67).

Casos de estudo e exemplos práticos servem para exemplificar iniciativas que tiveram êxito na relação entre participação e políticas públicas de turismo, vejamos o seguinte caso: A experiência da cidade de Bonito, no Mato Grosso do Sul, é um notável estudo de caso na área do turismo ecológico. Oliveira et al. (2021) exploram como a participação comunitária foi crucial para o desenvolvimento de práticas de turismo sustentável na região. Eles concluem que “ a cooperação entre os setores público e privado

e a participação ativa da comunidade local foram determinantes para o sucesso do modelo de turismo sustentável implementado em Bonito” (Oliveira et al., 2021, p. 89)

Mas onde existem oportunidades, também existem desafios, e apesar dos avanços, a relação entre implementação de políticas públicas de turismo e a promoção da participação social ainda se enfrentam com desafios significativos. Ferreira (2022) destaca a falta de capacitação e recursos como barreiras importantes. Ele sugere que “é necessário um investimento maior em capacitação e infraestrutura para permitir uma participação mais efetiva das comunidades locais no planejamento e gestão do turismo” (Ferreira, 2022, p. 120)

Entre os autores elencados nesta revisão da bibliografia existem alguns pontos convergentes sobre a importância da participação comunitária. Tanto Cunha (2022) quanto Silveira e Santos (2023) e Oliveira et al. (2021) concordam que a participação ativa da comunidade local é crucial para o sucesso das iniciativas turísticas e para garantir uma distribuição equitativa dos benefícios do turismo, principalmente os econômicos. Todos os autores destacam que a inclusão da comunidade ajuda a minimizar os impactos negativos do turismo e a promover práticas sustentáveis. Quando o foco é na sustentabilidade, Silva e Santos (2023) e Oliveira et al. (2021) enfatizam a necessidade de políticas públicas de turismo que integrem as necessidades locais com objetivos econômicos, destacando a sustentabilidade como um objeto central. Existe uma convergência entre os autores inclusive quando se trata dos desafios identificados, Ferreira (2022) e Silva e Santos (2023) apontam a falta de capacitação e recursos com barreiras significativas para a participação efetiva das comunidades locais nas políticas de turismo.

Apesar de vários pontos convergentes, ainda existem os pontos divergentes entre os autores supracitados, quando da abordagem para a capacitação, Ferreira (2022) sugere um enfoque mais estruturado na capacitação e infraestrutura para melhorar a participação comunitária, enquanto Cunha (2022) enfatiza mais a importância da participação em si sem detalha tanto os meios para alcançá-la.

Outro ponto de destaque nas divergências entre autores é sobre a ênfase nas parcerias, Oliveira et al. (2021) destacam a cooperação entre setores públicos e privados

como um fator essencial para o desenvolvimento do turismo sustentável, algo que não é profundamente explorado por Cunha (2022) ou Silva e Santos (2023), que se concentram mais nas políticas e na Inclusão Social.

Para concluir pode-se perceber que a literatura recente sobre participação social e políticas públicas de turismo no Brasil destaca a importância de um enfoque inclusivo e sustentável. Estudos mostram que a participação ativa da comunidade é crucial para o sucesso das políticas de turismo e para a promoção de práticas sustentáveis. No entanto, desafios como a falta de recursos e capacitação ainda precisam ser enfrentados para que as políticas de turismo sejam verdadeiramente eficazes e inclusivas.

Espera-se que esta revisão da literatura sirva como uma base de estudos futuros sobre a relação entre participação social e políticas públicas de turismo, fornecendo insights valiosos sobre práticas bem sucedidas e áreas que necessitam de melhorias.

2.2. Participação social para o Desenvolvimento sustentável do turismo

A descentralização do Estado, uma estratégia adotada para aprimorar a gestão de políticas públicas, se destaca como um elemento essencial no âmbito do turismo. Esta descentralização, que visa transferir competências e recursos do governo central para instâncias locais, permite maior flexibilidade e adequação das políticas às especificidades regionais. No contexto do turismo, essa abordagem favorece a implementação de iniciativas que consideram as características culturais e ambientais de cada localidade, promovendo a sustentabilidade.

Para que a descentralização seja efetiva, é crucial a incorporação de mecanismos de participação social, que envolvem a sociedade civil no planejamento e na execução das políticas públicas. Conforme destaca Araujo (2007), a participação societal na concepção das políticas públicas de turismo no Brasil tem sido um processo gradual, porém vital para assegurar que as políticas reflitam as necessidades e os anseios das comunidades locais. Este envolvimento é particularmente relevante em instâncias como os Conselhos Municipais de Turismo, por exemplo, que atuam como fóruns de debate e deliberação, reunindo representantes do governo, do setor privado e da sociedade civil.

A participação social legitima as políticas públicas e contribui para sua efetividade. Segundo Coutinho (2015), a integração dos atores locais nas instâncias de governança associadas ao turismo no Rio Grande do Norte revelou-se fundamental para o desenvolvimento local. Essa participação ativa possibilitou uma maior coordenação e cooperação entre os diferentes níveis de governo e a comunidade, promovendo ações mais alinhadas com as realidades e expectativas dos cidadãos.

De Carvalho (2000) enfatiza que as políticas públicas de turismo no Brasil necessitam de uma abordagem que inclua a sociedade desde a concepção até a implementação. A descentralização, acompanhada de uma participação efetiva, pode resultar em uma gestão mais democrática e transparente. Exemplos de sucesso incluem a criação de fóruns e comitês regionais que permitem um diálogo constante entre todos os envolvidos, facilitando a construção de um planejamento turístico mais integrado e sustentável.

Grimm et al. (2013) argumentam que a inter-relação entre políticas públicas de turismo e sustentabilidade requer um enfoque colaborativo que considere as esferas nacional, estadual e local. A participação social, nesse contexto, torna-se um mecanismo essencial para assegurar que as políticas implementadas estejam de acordo com os princípios de sustentabilidade e inclusão social.

Pinheiro, Maracajá e Chim-Miki (2020) discutem a importância da participação social na política pública de regionalização do turismo, destacando o caso do Polo de Turismo Seridó. A experiência mostra que a inclusão da comunidade local no processo decisório fortalece a governança e contribui para um turismo mais responsável e sustentável. Essa abordagem é corroborada por Pereira (1999), que aponta que políticas públicas bem-sucedidas são aquelas que envolvem ativamente todos os stakeholders, garantindo que as ações desenvolvidas sejam pertinentes e eficazes.

A experiência internacional também reforça a importância da participação social na gestão do turismo. Em estudo sobre a agenda do turismo no México, Bifano e Carvalho (2020) afirmam que a participação social é frequentemente utilizada como um discurso institucional que visa legitimar as ações governamentais, mas o discurso demonstra uma agenda voltada para a economia e turismo que se sobrepõe à efetividade da participação

e equidade em termos da distribuição dos benefícios para as comunidades. Similarmente, Guix (2017), ao analisar a gestão pública do turismo na Catalunha, destaca que a responsabilidade social na administração pública é crucial para a sustentabilidade das políticas de turismo. No entanto,

“La sostenibilidad social no se contempla porque la redistribución equitativa de beneficios generados por el turismo es ideológicamente opuesta al ideario económico. Si se aplica la sostenibilidad social, la sostenibilidad económica (competitividad sostenible) carece de sentido pues no despierta el interés de los actores que no buscan el bien común”. (GUIX, 2017, p. 328).

Por sua vez, Trentin (2016) traz a visão ao analisar a governança turística em destinos brasileiros, enfatizando que a participação social efetiva é um dos pilares fundamentais para a construção de uma governança turística robusta e eficiente.

Finalmente, a descentralização do Estado, quando acompanhada de mecanismos robustos de participação social, configura-se como uma estratégia para a gestão de políticas públicas de turismo. Essa combinação promove o desenvolvimento turístico mais equilibrado e sustentável, fortalece a democracia e a coesão social nas comunidades envolvidas. A experiência de regiões turísticas demonstra que a participação ativa da sociedade é um componente indispensável para o sucesso das políticas de turismo baseadas na sustentabilidade e no desenvolvimento local.

3. METODOLOGIA

O objetivo deste estudo é analisar a atuação e a efetividade do COMTUR (Conselho Municipal de Turismo) de Congonhas/MG. Foram utilizadas pesquisas bibliográficas e formuladas 13 questões usando a escala Likert para que os presidentes do COMTUR, em um espaço temporal entre 2014 e 2024, expressassem suas opiniões e graus de satisfação. A pesquisa utilizou o método spidergram desenvolvido por Rifkin, Muller & Bichmann (1988) e adaptado para o contexto brasileiro por Rocha, Moreira &

Bispo Júnior (2020) para avaliar cinco dimensões de desempenho dos conselhos de saúde: autonomia, organização, representatividade, envolvimento comunitário e influência política.

Essas dimensões foram consideradas adequadas para a avaliação de desempenho dos conselhos de saúde, e como se debruçaram sobre a participação social em Conselho Municipal, compreende-se que elas sejam igualmente relevantes para a análise do COMTUR em Congonhas, ao que adotou-se a abordagem, adaptando as cinco dimensões mencionadas, permitindo uma visão abrangente de seu desempenho e impacto no turismo local.

A autonomia avalia a independência do conselho em suas decisões; a organização examina a estrutura administrativa e os recursos disponíveis; a representatividade verifica a inclusão de todas as principais organizações e setores; o envolvimento comunitário analisa o conhecimento e participação da comunidade; e a influência política avalia a capacidade do COMTUR de influenciar as políticas públicas de turismo.

Essa abordagem reduz possíveis ambiguidades e aumenta a validade e a confiabilidade da escala, possibilitando uma análise precisa dos dados (Jamieson, 2004, pp. 1217-1218), proporcionando uma visão detalhada e quantificável da atuação do Conselho de Turismo de Congonhas em suas diferentes dimensões. Por meio de entrevistas, o método permitiu identificar pontos fortes e também indicar áreas críticas que precisam de atenção, contribuindo para um entendimento mais profundo do papel do COMTUR no desenvolvimento do turismo local

4. Políticas públicas de turismo em Congonhas/MG.

A gestão das políticas públicas de turismo em Congonhas/MG tem se tornado um campo de grande interesse e relevância, especialmente no contexto do Desenvolvimento Local Sustentável (DLS). As instâncias participativas e o controle social emergem como elementos essenciais nesse processo, refletindo a necessidade de uma governança mais transparente e eficaz. A gestão do turismo local requer uma interlocução eficiente com o

Poder Público para compreender as demandas e o engajamento da comunidade, visando estruturar um projeto mobilizador que promova a inclusão social por meio do turismo.

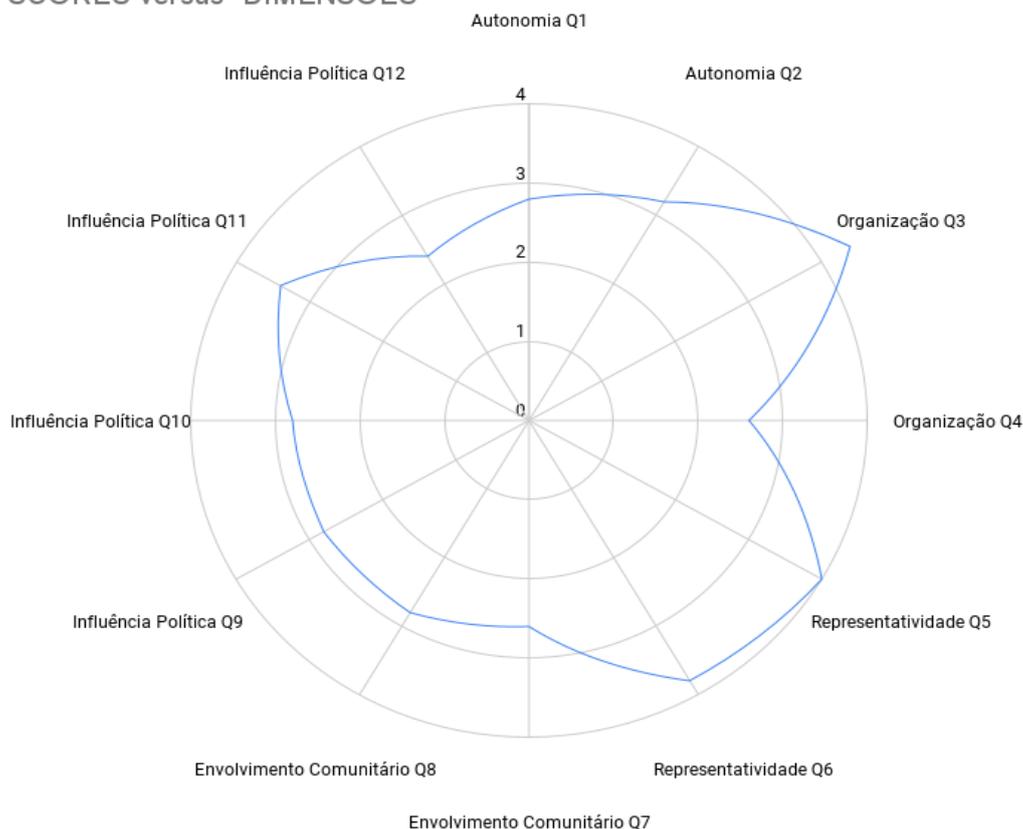
Como observa Beni (2006, p. 60), a gestão das políticas públicas deve proporcionar meios para que todos os envolvidos se sintam participantes e protagonistas em todas as etapas do processo de desenvolvimento turístico, desde a construção do consenso até a execução das políticas, identificando-se verdadeiramente com a sua causa. O autor ainda destaca que os órgãos públicos devem determinar prioridades, criar normas, administrar recursos e estímulos, e prover diretrizes e facilidades.

Como ponderado na Metodologia, a análise descritiva dos resultados da pesquisa foram avaliadas cinco dimensões: Autonomia (Aut), Organização (Org), Representatividade (Rep), Envolvimento Comunitário (Env_Com) e Influência Política (Inf_Pol), obtendo-se resultados que inferem sobre a condução e a efetividade das deliberações do COMTUR de Congonhas, principal instância de participação ligada ao turismo no município.

Os resultados demonstraram variações significativas no desempenho das diferentes dimensões analisadas. O Gráfico spidergram (Figura 1) ilustra os valores obtidos em cada dimensão e possibilita visualizar quais dimensões apresentaram melhor desempenho e quais demonstraram maiores fragilidades.

Figura 1. Nível de Participação Social segundo dimensões. Conselho Municipal de Turismo de Congonhas, Minas Gerais, Brasil, 2024.

SCORES versus DIMENSÕES



Evidencia-se no que tange à dimensão da autonomia, medida pela capacidade de tomar decisões e a implementação dessas decisões, o conselho apresentou um escore relativamente baixo entre 2,8 e 3,2 (Figura 1), o que apresenta uma fragilidade na busca pela eficiência desta instância participativa. As duas questões relacionadas a essa dimensão mostraram resultados semelhantes, com a maioria das percepções concentradas nas classificações **regular** ou **ruim**. Isso sugere uma percepção de autonomia limitada e problemas em garantir que as decisões do conselho sejam respeitadas e implementadas pela administração municipal.

Quanto à organização, o conselho obteve o escore mais alto de 4,4 na questão sobre o cumprimento do calendário de reuniões (Figura 1). No entanto, em relação às condições materiais para a realização das atividades, o escore caiu para 2,6, indicando a necessidade de melhorias nas condições de trabalho do conselho. Essa discrepância

reflete um contraste significativo na organização do COMTUR: enquanto a alta pontuação na regularidade das reuniões sugere um bom funcionamento nesse aspecto, a estrutura administrativa e os recursos parecem ser inadequados.

A representatividade do COMTUR é considerada positiva, com escores relativamente altos para a inclusão de representantes de organizações envolvidas no turismo (4) e a diversidade dos membros (3,8), conforme Figura 1. No entanto, essas dimensões não melhoraram significativamente ao longo do tempo.

Em relação ao envolvimento comunitário, o conselho apresentou escores baixos de 2,6 e 2,8 (Figura 1), evidenciando uma fragilidade da instância participativa e do controle social sobre as políticas públicas de turismo local. Esses resultados indicam que o COMTUR enfrenta desafios significativos para engajar a comunidade e promover um conhecimento abrangente sobre suas atividades, o que constitui um ponto crítico para o desafio democrático.

A influência política do COMTUR é vista de forma mista. Embora as recomendações do conselho tenham alguma influência nas políticas públicas, essa influência não é considerada significativa. Além disso, o acesso dos membros às autoridades municipais e o apoio do governo são percebidos como inadequados. Nessa dimensão, os escores foram mais centrípetos, variando entre 2,4 e 3,8 (Figura 1), refletindo uma fragilidade que precisa ser superada pela maior participação popular na instância participativa, a fim de combater interferências externas ao poder popular.

Em suma, a análise das dimensões revela fragilidades na autonomia, envolvimento comunitário e influência política do COMTUR, enquanto a organização e a representatividade mostram-se relativamente mais sólidas. Esta percepção de diminuição na eficácia e no impacto do conselho pode refletir problemas na implementação das decisões e um apoio governamental insuficiente ao longo dos anos. Em termos de autonomia, o conselho enfrenta limitações e dificuldades na aplicação de suas decisões. A organização apresenta boa regularidade nas reuniões, mas sofre com estrutura e recursos inadequados. A representatividade é considerada adequada, embora não tenha havido melhorias significativas ao longo do tempo. O envolvimento comunitário é baixo, evidenciado pelo fraco engajamento e conhecimento da comunidade

sobre o conselho. A influência política também é vista como limitada, com apoio insuficiente. Essas conclusões sugerem a necessidade de revisar e potencialmente reestruturar o COMTUR para aprimorar sua eficácia, engajamento comunitário e influência nas políticas públicas de turismo.

4.1. Instâncias participativas e controle social nas políticas públicas de Turismo em Congonhas/MG.

De acordo com Mellon, Peixoto & Sjoberg (2017), a participação cidadã tende a aumentar quando o governo se mostra mais responsivo às demandas da população. Esse conceito de participação é amplamente reconhecido e discutido, sendo descrito como “uma das palavras mais frequentes no vocabulário político, científico e popular na contemporaneidade” (Gohn, 2011, p. 15). Em essência, a participação tem o propósito de “fortalecer a sociedade civil na construção de caminhos que conduzam a uma nova realidade social, caracterizada pela eliminação de injustiças, exclusões, desigualdades e discriminações” (Gohn, 2019, p. 67).

A participação também pode ser entendida como uma maneira de transformar os cidadãos em “protagonistas de sua própria história, deixando de ser objetos das iniciativas de outros e tornando-se sujeitos do seu futuro” (Schmidt, 2006, p. 1774). Para que esse dinamismo se manifeste de forma efetiva, o município deve disponibilizar espaços e mecanismos essenciais que assegurem um debate amplo, consensual e a implementação eficaz das políticas públicas de turismo, garantindo que todos os benefícios sejam distribuídos para toda a comunidade.

Nesse contexto, as instâncias participativas, que incluem “assembleias populares, mini-públicos, orçamentos participativos, referendos, iniciativas cidadãs, participação digital, fóruns de cidadãos e políticas colaborativas” (Elstub & Escobar, 2019), atuam como canais de representação dos interesses de diversos grupos sociais. Dentre essas instâncias, destacam-se conselhos, fóruns de discussão, conferências, audiências e consultas públicas. Espera-se que os conselhos, especificamente, gerem dois principais conjuntos de efeitos: a racionalização das políticas e a inclusão dos grupos afetados

(Gurza Lavalle & Barone, 2015). Esses efeitos são alcançados por meio da efetiva participação e engajamento dos cidadãos nas instâncias mencionadas.

Esses espaços são organismos colegiados considerados a “porta de entrada” para promover um diálogo aberto entre o governo, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada, possibilitando a construção coletiva das políticas de turismo. Eles desempenham um papel crucial na definição das diretrizes e prioridades para o desenvolvimento local; sendo que “as instituições participativas decorrentes da mobilização social são mais propensas a se tornarem instituições fortes do que aquelas impostas de cima ou implementadas pela difusão de melhores práticas” (Falleti & Riofrancos, 2018, p. 88).

Nessa perspectiva das redes de políticas públicas, Rhodes (1996) rompe com a dicotomia Estado-sociedade, entendendo que atores governamentais também são sociais, e devem manter relações constantes em uma ampla rede de relacionamentos para alinhar as ações às necessidades reais e específicas do território.

Ao que Congonhas demanda a descentralização das ações do setor turístico pelo poder público, pois nesta tarefa Vignati (2008) defende que o Estado desempenha um papel crucial, sendo responsável por atividades de apoio ao desenvolvimento do destino turístico. Para tanto, é preciso estabelecer relações que incentivam a participação dos segmentos sociais e de outras esferas da administração pública, sendo:

“O Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), assim como a Política Municipal de Turismo, o Plano Municipal de Turismo (PMT) e o fomento da atividade turística por meio do Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR) e ICMS Turístico são instrumentos para o desenvolvimento responsável do turismo no município” (MINAS GERAIS, 2014, p.24).

Nessa abordagem colaborativa e inclusiva, o Comtur envolve diretamente “grupos da sociedade civil que representam as visões diversas e plurais dos grupos sociais organizados” (Vaz, 2011, p. 102) na tomada de decisões vinculantes das diretrizes a serem adotadas. Esses grupos participam para “promover a construção da cidadania e a educação política, viabilizar a identificação e captação permanente das demandas da sociedade e

exercer controle social sobre o governo” (Gomes, 2003, p. 5). Esses mecanismos facilitam o planejamento, que “é a base da formulação de políticas” (Van Doorn, 1982, p. 155), garantindo que o turismo seja uma fonte de desenvolvimento local sustentável, beneficiando todos os cidadãos.

Entretanto, ao longo dos anos, em Congonhas, o Comtur, criado pela Lei nº 2.625, de 21 de junho de 2006, revogada pela Lei nº 3.332, de 19 de dezembro de 2013, vem enfrentando desafios significativos na deliberação sobre ações, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do turismo local, comprometendo sua contribuição para a participação comunitária na formulação de diretrizes e políticas para o setor.

Na análise temporal de 10 anos (2014 a 2024) do COMTUR de Congonhas, pode-se concluir que, na dimensão **Autonomia**, a percepção dos entrevistados indica que a independência e a autonomia na implementação das decisões não foram favoráveis ao exercício pleno da participação social no conselho. Além disso, há a percepção de que, ao longo do tempo, a autonomia não foi conquistada. Portanto, nesta dimensão, há uma fragilidade a ser equacionada na análise da situação atual das políticas públicas de turismo no município.

Já na dimensão **Representatividade**, também avaliada nesta pesquisa, há uma concordância entre as opiniões dos entrevistados de que a diversidade de organizações e da comunidade estava bem representada no conselho, e que essa representatividade se manteve ao longo do tempo. No entanto, quando se questiona sobre a dimensão **Envolvimento da Comunidade**, fica evidente que a comunidade tinha pouco conhecimento sobre o COMTUR e suas atividades, e que a promoção da participação ativa era considerada regular, o que indica que poderia ser mais democrática. Há uma percepção de que esses aspectos pioraram significativamente ao longo do tempo.

Nas políticas públicas de turismo, o controle social refere-se à capacidade da sociedade de monitorar e influenciar a ação do Estado, assegurando que as políticas implementadas estejam alinhadas com os princípios de transparência, eficiência e equidade. Esse controle pode ser exercido por meio de diferentes instrumentos, como a participação em reuniões periódicas de instâncias deliberativas, o acompanhamento de ações governamentais e a utilização de mecanismos legais para a fiscalização da execução

das políticas e a denúncia de irregularidades. No entanto, em Congonhas, “muitas organizações populares enfraqueceram-se. Seus líderes foram cooptados pelos aparelhos estatais e suas políticas compensatórias” (Gohn, 2012c, p. 60). Assim, a participação e transparência, pilares do controle social, se apresentam comprometidas.

Para que a sociedade possa exercer seu papel de forma efetiva, a disponibilização de informações claras e acessíveis sobre as políticas de turismo é fundamental. O Portal da Transparência do município traz em sua apresentação que ele “é uma iniciativa do Governo para divulgar dados e informações da gestão governamental, possibilitando à sociedade participar e acompanhar a utilização dos recursos públicos” (Prefeitura de Congonhas, 2024). Segundo este instrumento, ele possibilita ainda que os cidadãos possam solicitar informações de diversas naturezas em atendimento à Lei de Acesso à Informação.

No entanto, os relatórios de gestão e prestação de contas públicas, que são ferramentas importantes para promover a visibilidade das ações governamentais e possibilitar a análise crítica pela sociedade, não são didáticos, tornando difícil o acesso e o preenchimento do formulário pela população. Essa falta de clareza e acessibilidade compromete a transparência e a participação efetiva dos cidadãos. Assim, as instâncias participativas e o controle social emergem como elementos essenciais nesse processo, refletindo a necessidade de uma governança mais transparente e eficaz.

A participação ativa da sociedade nas instâncias participativas permite um monitoramento mais rigoroso das ações governamentais e assegura que as políticas públicas atendam às necessidades reais da população. Ademais, essas instâncias incentivam o diálogo entre governo e cidadãos, promovendo a inclusão e a democratização das decisões.

Para que essas práticas sejam efetivas, é fundamental que os relatórios de gestão sejam reformulados de maneira a se tornarem mais acessíveis e compreensíveis para todos, independentemente do nível de escolaridade; assegurando uma governança mais eficiente e transparente. Isso não apenas melhora a qualidade das políticas públicas de turismo, mas também fortalece o engajamento cívico e aumenta a confiança da população nas instituições e processos democráticos.

4.2. A (in)eficiência dos instrumentos de gestão pública em Congonhas/MG

A estrutura organizacional do município, no que concerne à gestão pública do turismo, inclui a Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo de Congonhas (FUMCULT), criada em 1986, e a Diretoria de Turismo de Congonhas (DTUR), estabelecida em 2006 e vinculada desde 2022 à Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer, Eventos e Turismo (SECULTE). Essas duas entidades são responsáveis por elaborar e executar planos, programas, projetos e eventos, bem como promover o município como destino turístico estruturado e organizado (Prefeitura de Congonhas, 2024).

Todavia, a análise dos significativos orçamentos alocados ao turismo indica que Congonhas apresenta condições muito favoráveis para investimentos no setor. Em 2022, a Fumcult teve uma receita de R\$ 11.840.000,00, enquanto a Seculte contou com R\$ 19.078.000,00. Esses dados evidenciam os recursos destinados ao turismo em Congonhas, superando o orçamento de cidades vizinhas como Ouro Preto, Conselheiro Lafaiete e Ouro Branco, especialmente quando comparados considerando a população, extensão territorial, PIB per capita, salário médio mensal e recursos financeiros disponíveis para a gestão pública. Com uma população considerável, uma área territorial significativa e um orçamento municipal robusto, Congonhas tem potencial para desenvolver sua infraestrutura turística e aprimorar a oferta de serviços turísticos (Vieira, 2023, pp.106-107).

Ao tratar da importância do poder público na gestão do turismo em Congonhas, é necessário ressaltar a presença de órgãos municipais específicos para essa finalidade, bem como os orçamentos destinados ao setor. No entanto, a efetividade desses recursos precisa ser analisada para garantir sua eficiência e eficácia.

A promoção de uma gestão participativa e o envolvimento ativo da sociedade civil na elaboração e implementação de políticas públicas são cruciais para a efetividade desses investimentos, considerando que “as instituições são legítimas quando as pessoas da comunidade aprovam as regras em vigor para resolver conflitos, e elas são eficazes quando as pessoas seguem essas regras” (Falleti & Riofrancos, 2018, p. 91).

Chiavenato (2003) também defende que para uma gestão eficaz, é essencial reconhecer que ela é um processo complexo que vai além do simples planejamento, realização de negócios ou estruturas organizacionais. Para o autor, este processo abrange seis etapas: Planejamento, que envolve a preparação e definição de objetivos através de planos, programas e projetos; Organização, que se refere à criação de unidades sociais, tanto públicas quanto privadas, com objetivos específicos e uma estrutura ordenada; Operacionalização, que consiste em estabelecer uma estrutura organizacional otimizada para ações e resultados eficazes; Execução, que coloca em prática as ações planejadas; Controle, que monitora as atividades realizadas; e Avaliação, que determina a eficácia das ações através de programas avaliativos. Além disso, o papel das pessoas envolvidas direta ou indiretamente é fundamental em todas essas etapas.

A deficiência das atividades do Conselho Municipal de Turismo de Congonhas e a descontinuidade das ações do Plano de Implementação da Política Municipal de Turismo são problemas que comprometem a governança participativa e o desenvolvimento sustentável do turismo local, e também dificultam a destinação de recursos externos para ações futuras.

O primeiro Plano Municipal de Turismo (PMT) de Congonhas foi estabelecido para o período de 2007-2012, e enfatiza que:

“O grande desafio do turismo em Congonhas, que tem um patrimônio conhecido mundialmente, é fazer com que o turista permaneça mais dias no município e conseqüentemente aumente o gasto médio por visitante” (Prefeitura de Congonhas, 2018, p.12).

O segundo PMT foi realizado para o período de 2018-2020. Ambos os planos incluíram diversas propostas para o aprimoramento do turismo, mas, com seus prazos expirados e sem a devida continuidade, resultaram no desmonte das instâncias. Segundo Cardoso Junior e Garcia (2014, p. 32), é necessário 'aperfeiçoar as instituições de planejamento – isto é, instâncias, organizações, instrumentos e procedimentos'. Sem esse

aperfeiçoamento, as consequências negativas para o desenvolvimento local são inevitáveis.

Em 2024, o município contratou o Sebrae-Minas Gerais para elaborar um novo plano de turismo. Sua premissa precisa levar em consideração as mudanças ocorridas no mercado e na sociedade desde a criação dos planos anteriores, para incentivar a diversificação da oferta turística. No entanto, o planejamento não pode obedecer a uma metodologia única:

“O plano de um destino turístico não pode ser copiado para ser executado em outro. O território, a população e o estágio de desenvolvimento de cada destino são alguns fatores que influenciam na escolha da metodologia e nos objetivos do planejamento”. No modelo de planejamento, “existe um consenso sobre a estrutura básica de um plano, os diferentes objetivos que este pode ter e os estudos técnicos necessários para realizá-lo” (Vignatti, 2008, p. 95).

Mesmo que na dimensão Organização avaliada pela pesquisa junto aos ex-presidentes do COMTUR de Congonhas, pode-se concluir que não há problemas significativos em seguir os calendários propostos para as reuniões, uma observação feita por um entrevistado aponta um elemento relevante sobre o tempo em que o conselho esteve inativo, conforme o seguinte comentário: "O COMTUR voltou a se reunir neste ano, após três anos inerte" (Entrevistado 6). O que se evidencia uma falta de continuidade do planejamento participativo do turismo no município.

Em relação à estrutura administrativa, foi apontado que as condições não eram boas e que, ao longo do tempo, não houve melhorias, o que sugere que o conselho ainda enfrenta desafios para alcançar um funcionamento ideal e eficiente no contexto de sua atuação democrática.

E na dimensão **Influência Política**, fica evidente o desafio que a instância participativa enfrenta na concretização e implementação das decisões tomadas. As opiniões indicam que a influência política do COMTUR sempre foi considerada **regular** e que, ao longo do tempo, essa influência **piorou significativamente**. Essa fragilidade se

torna um grande obstáculo para as ações democráticas na implementação de políticas públicas de turismo e do seu planejamento.

No entanto, problemas como a rotatividade de dirigentes na Diretoria de Turismo, a letargia do Conselho Municipal de Turismo, a descontinuidade do Plano de Implementação da Política Municipal de Turismo e a inatividade do Fundo Municipal de Turismo, instituído pela Lei 3.331 de 2013, “prejudicam a capacidade do município de captar recursos financeiros e fomentar a atividade turística local” (Governo do Paraná, 2017)[1].

A troca de equipe e o desconhecimento técnico da área por parte dos novos gestores tornam imprescindível a presença de turismólogos, além da contratação de profissionais com conhecimento técnico, e não apenas por indicação, a fim de fornecer o suporte necessário no planejamento e gestão do turismo.

Para solucionar esses desafios coletivos e garantir que as necessidades e demandas dos cidadãos sejam devidamente consideradas, é necessário fortalecer esses instrumentos, tornando-os espaços efetivos de participação social, onde os cidadãos possam discutir democraticamente e influenciar as políticas de turismo. Em Congonhas, esse processo de construção da governança implica uma ação conjunta entre a sociedade e um Estado modernizado, devendo ser contínuo, dinâmico e envolver a colaboração de diversos atores sociais, políticos e administrativos. De acordo com Rhodes (1996), essa nova abordagem de redes integradas consegue ultrapassar a direção do governo, criando suas próprias políticas e moldando seus próprios ambientes.

Manter um sistema de turismo fortalecido e atualizar as legislações urbanísticas e de preservação do patrimônio histórico são passos essenciais para a gestão eficaz do turismo sustentável e responsável em Congonhas. A revisão periódica do plano diretor, da lei de uso e ocupação do solo e do código de posturas, instrumentos de mudanças sociais, é fundamental para adaptar as normas às demandas e desafios do setor. Essas revisões tendem a criar um ambiente propício ao desenvolvimento local, enfatizando o respeito e a preservação da identidade cultural e histórica, além de possibilitar uma gestão sustentável “por meio de estratégias de integração ou regulação das contradições

existentes, em políticas públicas ou pela institucionalização das demandas” (Gohn, 2012b, p. 195).

A implementação de programas do Governo Federal, como o Monumenta e o PAC Cidades Históricas, colaborou para iniciar essa integração e resultou na restauração e conservação do patrimônio histórico local, tornando a cidade referência em preservação. No entanto, além da ação física no patrimônio histórico, Congonhas precisa dar continuidade aos planos e às políticas públicas robustas desses programas, visando à continuidade da mobilização social realizada durante a promoção dos mesmos.

A restauração física é essencial para preservar e valorizar o patrimônio cultural e natural, mas ela, por si só, não é suficiente. É igualmente crucial que Congonhas desenvolva redes de atores locais e políticas públicas com entidades interligadas à cultura, ao patrimônio histórico e artístico e às instâncias turísticas de governança regional e nacional. Manter parcerias é um exemplo de como a colaboração pode promover uma economia local sustentável e manter viva a história e a identidade cultural que assegurem que o turismo beneficie toda a comunidade.

A implementação do uso de indicadores sociais é outro aspecto importante para o planejamento eficiente e participativo. Sem avaliação, decisões são tomadas ao acaso (Barbosa & Garcia, 2001), de forma que sistemas de coleta e análise de dados podem “fornecer informações tanto sobre o processo participativo quanto sobre os resultados do processo de implementação de políticas públicas (Mannarini & Fedi, 2018), garantindo uma aplicação mais adequada dos recursos públicos.

A utilização de indicadores de turismo é incipiente entre os poderes públicos e atores da cadeia produtiva em Congonhas, apesar da crescente discussão sobre sustentabilidade no Brasil. A cidade carece de tecnologia para analisar o perfil, tempo de permanência e satisfação dos turistas. A inconsistência de pesquisas em setores como hotelaria e atrativos turísticos dificulta uma interpretação empírica da realidade do turismo, prejudicando “a avaliação do impacto econômico do turismo e a formulação de estratégias de desenvolvimento” (Barbosa & Garcia, 2001; Moldan & Bilharz, 1997).

Congonhas também depende, em grande medida, da capacidade de consolidar instâncias participativas, descentralizar ações no setor turístico, incentivar a participação

REALIZAÇÃO:

OPPAD FIDESA

APOIO:

UNESCO

CAPES

Fapespa

PPGAdm

cidadã de diversos segmentos sociais e fortalecer o controle social. Isso envolve a criação de redes de colaboração e políticas públicas para capacitar e informar a população sobre cidadania e turismo, promover a mobilização social e superar a resistência de alguns gestores públicos, de forma a promover uma cultura de transparência e diálogo entre todos os atores envolvidos; o que requer planejamento.

Vignatti afirma que planejar “é reduzir a quantidade possível de alternativas, até chegar às que melhor se ajustam aos fins propostos e aos meios disponíveis” (Vignatti, 2008, p. 237). Entretanto, em Congonhas, há inconsistências geradas pelo organograma e pelo funcionamento da sede da Diretoria de Turismo. No organograma, a diretoria está enquadrada na Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer, Eventos e Turismo, mas funciona dentro da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão. Essa divisão de funções pode dificultar a implementação de políticas coerentes e integradas, uma vez que a estrutura administrativa fragmentada reduz a eficácia das ações planejadas.

Ademais, Congonhas possui uma dependência econômica da mineração, sendo necessário ativar mecanismos que concentrem recursos de diferentes fontes por meio de uma gestão compartilhada e transparente, com a participação ativa da sociedade civil na formulação e implementação das políticas públicas de turismo. Pesquisas mostram que a diversificação econômica local, incluindo o turismo, é essencial.

A mineração cobre 39,5% da área do município, trazendo benefícios e desafios ambientais, sendo crucial que a governança implique uma ação conjunta entre sociedade e um Estado modernizado para solucionar desafios coletivos de forma participativa e democrática, planejando alternativas de desenvolvimento sustentável para o período pós-mineração. Isso inclui diversificar a economia e integrar a preservação e a vivência do patrimônio cultural e natural ao turismo criativo (Vieira, 2023).

Nesse ínterim, é fundamental que os governantes compreendam e valorizem as potencialidades socioeconômicas que o turismo pode oferecer, pois esse fenômeno social pode se destacar como um impulsionador da economia local, além de gerar renda e emprego para os residentes.

Portanto, as políticas públicas de turismo em Congonhas necessitam de uma revisão crítica e de uma abordagem mais participativa para serem eficazes, pois “sem o

envolvimento e o comprometimento real de todos os atores locais, é difícil levar adiante iniciativas de desenvolvimento turístico” (Vignati, 2008, p. 98). Portanto, para a criação de projetos turísticos sustentáveis, é preciso uma governança que abranja instituições governamentais e mecanismos informais, de caráter não-governamental, que façam com que as pessoas e as organizações em sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam às suas demandas (Rosenau, 2000, p. 15-16).

O controle social e a eficiência dos instrumentos de gestão pública também precisam ser reforçados, garantindo que sejam realmente úteis e acessíveis para todos. A colaboração de todos os atores envolvidos, com uma participação cidadã ativa e transparência, é essencial para planejar alternativas econômicas para o período pós-mineração. Dessa forma, é possível promover um desenvolvimento local que integre o turismo sustentável, inclusivo e criativo, alinhado às necessidades e expectativas da comunidade local, garantindo um futuro mais próspero e justo para Congonhas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo sobre as políticas públicas de turismo em Congonhas/MG oferece contribuições teóricas e práticas significativas, além de apontar limitações e sugerir possibilidades para pesquisas futuras. A pesquisa revelou fragilidades na autonomia, no envolvimento comunitário e na influência política do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), enquanto a organização e a representatividade mostraram-se relativamente mais sólidas. Esses achados indicam a necessidade de revisão e potencial reestruturação do COMTUR para melhorar sua eficácia, engajamento comunitário e influência nas políticas públicas de turismo.

A pesquisa contribui para a compreensão das instâncias participativas e do controle social nas políticas públicas de turismo, evidenciando a importância da participação cidadã e do engajamento comunitário na governança local. A análise das cinco dimensões: Autonomia, Organização, Representatividade, Envolvimento Comunitário e Influência Política, o estudo reforça a relevância de uma gestão participativa para o desenvolvimento sustentável do turismo, conforme defendido por

autores como Beni (2006) e Vignatti (2008). Além disso, a pesquisa alinha-se às discussões teóricas sobre a descentralização das políticas públicas e a inclusão dos grupos sociais afetados, destacando a necessidade de uma governança mais transparente e eficaz em Congonhas.

No âmbito prático, o estudo aponta para a necessidade de fortalecer o COMTUR como uma instância participativa eficaz. A análise dos dados sugere que melhorias na autonomia e na capacidade de implementação das decisões são essenciais para a eficácia do conselho. Além disso, a pesquisa indica que a promoção de um maior envolvimento comunitário e a superação das fragilidades na influência política são cruciais para o fortalecimento da governança local. A adequação da estrutura administrativa e dos recursos disponíveis também emerge como uma prioridade para assegurar o bom funcionamento do COMTUR e, por extensão, para a efetividade das políticas públicas de turismo em Congonhas.

Entre as limitações do estudo, destaca-se a análise limitada a um período específico e a um único município. A pesquisa também dependeu das percepções dos entrevistados, o que pode introduzir vieses subjetivas na avaliação das dimensões analisadas. Além disso, a pesquisa focou nas dimensões internas do COMTUR, sem explorar em profundidade a interação com outros atores externos, como a iniciativa privada e outros órgãos governamentais.

Estudos futuros podem expandir a análise para outros municípios, permitindo comparações que possam enriquecer a compreensão das políticas públicas de turismo em diferentes contextos. Pesquisas longitudinais, que acompanhem as transformações nas instâncias participativas ao longo do tempo, também seriam adequadas para avaliar a evolução e o impacto das políticas implementadas. Além disso, a inclusão de análises sobre a interação do COMTUR com outros atores externos pode oferecer uma visão mais abrangente da governança do turismo em Congonhas. Outra linha de pesquisa promissora seria investigar a eficácia de diferentes modelos de planejamento turístico e sua adaptação às especificidades locais, o que poderia fornecer informações e dados para a formulação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas.

REFERÊNCIAS

Albuquerque, S. C., & Felix, J. C. (2019). *Uma busca tangente pelo desenvolvimento regional na cidade de Congonhas/MG*. Disponível em https://aprepro.org.br/conbrepro/2019/anais/arquivos/09272019_210949_5d8ea941e6fc0.pdf

Araujo, C. M. de. (2007). *A participação societal na concepção das políticas públicas de turismo no Brasil: o caso do Conselho Municipal de Turismo de São Paulo no período de 1991 a 2006* [Tese de Doutorado].

Cardoso Júnior, J. C., & Garcia, R. C. (Eds.). (2014). *Planejamento estratégico em contexto democrático: lições da América Latina*. ENAP.

Chiavenato, I. (2003). *Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações* (7ª ed.). Elsevier.

Coutinho, A. C. A. (2015). *Políticas públicas, desenvolvimento local e participação social nas instâncias de governança associadas ao turismo no Rio Grande do Norte* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte].

Cunha, R. (2022). Participação Comunitária no Turismo: Desafios e Perspectivas. *Revista Brasileira de Turismo Sustentável*, 15(1), 40-58.

De Carvalho, A. F. (2000). Políticas públicas em turismo no Brasil. *Sociedade e cultura*, 3(1-2), 97-109.

Falletti, T., & Riofrancos, T. N. (2018). Participação Endógena: Fortalecimento da Consulta Prévia nas Economias Extrativistas. *World Politics*, 70(1), 86-121.

Ferreira, M. (2022). Capacitação e Recursos para o Turismo Sustentável. *Journal of Sustainable Tourism Development*, 18(2), 115-130.

Gohn, M. G. (2011). *Conselhos gestores e participação sociopolítica* (4ª ed.). Cortez.

Gohn, M. G. (2012). *Novas teorias dos movimentos sociais* (4ª ed.). Loyola.

Gohn, M. G. (2012). *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos* (10ª ed.). Loyola.

Gohn, M. G. (2019). Teorias sobre a Participação Social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. *Caderno CRH*, 32(85), 63-81.

Grimm, I. J., Vieira, A. C. A. C., & Coutinho, A. C. A. (2013). Políticas públicas do turismo e sustentabilidade: a interrelação na esfera nacional, estadual e local. *Turismo: Visão e Ação*, 15(1), 95-111.

Jamieson, S. (2004). Likert scales: How to (ab)use them. *Medical Education*, 38, 1217-1218.

Mannarini, T., & Fedi, A. (2018). Utilização de indicadores quali-quantitativos para avaliar a qualidade da participação cidadã: um estudo sobre três júris cidadãos. *Social Indicators Research*, 139(2), 1-18.

Mellon, J., Peixoto, T., & Sjoberg, F. M. (2017). A votação online altera o resultado? Evidências de um referendo de políticas públicas multimodal. *Estudos Eleitorais*, 47, 13-24.

Minas Gerais. (2014). *Orientações para o planejamento e gestão municipal do turismo em Minas Gerais*. SETUR.

Moldan, B., & Bilharz, S. (1997). *Indicadores de sustentabilidade: Um relatório sobre o projeto sobre indicadores de desenvolvimento sustentável*. Wiley.

Oliveira, A., Lima, J., & Rocha, P. (2021). Turismo Ecológico em Bonito: Um Estudo de Caso. *Revista de Estudos de Turismo e Meio Ambiente*, 14(3), 85-99.

Pereira, C. A. S. (1999). Políticas públicas no setor de turismo. *Revista Turismo em Análise*, 10(2), 7-21.

Pinheiro, I. F. S., Maracajá, K. F. B., & Chim-Miki, A. F. (2020). Política pública de regionalização do turismo: Um estudo sobre a participação social no Polo de Turismo Seridó. *Turismo: Visão e Ação*, 22, 162-184.

Prefeitura Municipal de Congonhas. (2003, 2011, 2016, 2017, 2018, 2020, 2024). *Legislações Municipais*. Portal da Transparência. Disponível em <https://www.congonhas.mg.gov.br/>. Acesso em 22 set. 2022 / 14 jul. 2024.

Rhodes, R. A. W. (1996). A nova governação: governar sem governo. *Estudos políticos*, 44(4), 652-667.

Rifkin, S., Muller, F., & Bichmann, W. (1988). Primary health care: on measuring participation. *Social Science & Medicine*, 26(9), 931-940.

Rocha, M. B., Moreira, D. C., & Bispo Júnior, J. P. (2020). Conselho de saúde e efetividade participativa: estudo sobre avaliação de desempenho. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(1).

Rosenau, J. N. (2000). *Governança, Ordem e Transformação na Política Mundial*. Ed. Unb.

Schmidt, J. P. (2006). Exclusão, inclusão e capital social: o capital social nas ações de inclusão. In J. R. dos Reis & R. G. Leal (Eds.), *Direitos Sociais & Políticas Públicas: Desafios Contemporâneos* (6ª ed., pp. 1521–1832). Edunisc.

Silva, L., & Santos, D. (2023). Políticas Públicas de Turismo e Participação Social no Brasil. **Políticas Públicas em Foco**, 22(4), 60-78.

Van Doorn, J. (1982). Can futures research contribute to tourism policy? *Tourism Management*, 3(3), 149-166.

Vieira, A. C. A. C. (2023). **Pós-mineração em Congonhas/MG: o turismo criativo como alternativa para o desenvolvimento sustentável** [Tese de Doutorado]. UFOP.

Vignati, F. (2008). *Gestão de destinos turísticos: como atrair pessoas para polos, cidades e países*. Ed. Senac Rio.

Vaz, A. C. N. (2011). Da participação à qualidade da deliberação em fóruns públicos: o itinerário da literatura sobre conselhos no Brasil. In R. R. C. Pires (Ed.), *Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação* (1ª ed., pp. 91-109). Ipea.